

“SOU FELIZ SENDO PROSTITUTA”: INCIDÊNCIAS DE DISCURSOS GOVERNAMENTAIS E MIDIÁTICOS SOBRE PROSTITUIÇÃO

“I’m happy being a prostitute”: incidences of governmental and media discourses on prostitution

“Estoy feliz de ser una prostituta”: implicaciones de discursos del gobierno y de los medios sobre prostitución

Natália Ledur Alles

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em Comunicação e Informação pela UFRGS. Jornalista.

E-mail: natalia.alles@gmail.com

Denise Cogo

Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Brasil. Pesquisadora do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

E-mail: denisecogo2@gmail.com

Resumo

Partindo da premissa de que os discursos visibilizados pela mídia são relevantes para construir o debate em torno de experiências socio-identitárias, buscamos identificar noções sobre a prostituição presentes na cobertura midiática de um episódio ocorrido em 2013 que envolve o Ministério da Saúde e o movimento de prostitutas no contexto brasileiro. A partir de trabalho de campo realizado em Porto Alegre, pretende-se compreender a repercussão do caso no cotidiano de algumas profissionais do sexo.

Palavras-chave: prostituição; comunicação; políticas públicas; estigma; identidades culturais

Abstract

We seek to identify, from the premise that media visualized discourses are relevant to build a debate on social-identity experiences, notions on prostitution present in the media coverage of an event which occurred in 2013, involving the Ministry of Health and the prostitution movement in the Brazilian context. From some field work done in Porto Alegre, we intend to understand the repercussion of the case in the daily life of a few sex workers.

Key words: Prostitution; Communication; Public policies; Stigma; Cultural identities

Resumen

Basado en la premisa de que los discursos de los medios de comunicación son importantes para construir el debate en torno de forjar identidades, hemos tratado de identificar las nociones sobre la prostitución presente en la cobertura mediática de un episodio que tuvo lugar en el año 2013, que implica el Ministerio de Salud y el movimiento de las prostitutas en el contexto brasileño. El trabajo de campo llevado a cabo en Porto Alegre trata de comprender la repercusión del caso en la vida cotidiana de algunos trabajadores de la industria del sexo.

Palabras-clave: Prostitución; Comunicación; Políticas públicas; Estigma; Identidades culturales.

I Breves reflexões sobre a prostituição

A prostituição é um fenômeno predominantemente urbano que costuma remeter a representações hegemônicas vinculadas às ideias de submundo, de impureza, de devassidão. Em uma sociedade vinculada a um sistema moralista que valoriza a união sexual monogâmica, a fidelidade feminina e a família heteronormativa, sexualidades insubmissas como a das prostitutas são colocadas em um lugar marginalizado. Mesmo que visualizemos cotidianamente trabalhadoras e trabalhadores do sexo em espaços variados das cidades, a figura da mulher prostituta ainda pode ser considerada o que Margareth Rago (1991) denominou fantasma, por habitar mais a imaginação do que as relações cotidianas de grande parte da população. Sobre estes sujeitos aos quais temos pouco acesso, então, vão sendo construídos e perpetuados discursos que corroboram para a estigmatização das prostitutas, pensando-as frequentemente entre os pólos da vitimização e do desvio comportamental e, muitas vezes, associando-as a atividades criminosas.

Na perspectiva dos estudos queer, Miskolci (2012) afirma que podemos pensar nas normas colocadas no cotidiano como produtoras de sujeitos e grupos excluídos, ou seja, relegam à margem os que estão em desacordo com as convenções culturais que impõem padrões de comportamento. As prostitutas, como mulheres que fogem das normas estabelecidas sobre o uso da sexualidade, especialmente no que diz respeito à mulher, são então afirmadas como portadoras de um estigma.

As diferentes noções sobre prostituição que estão presentes na sociedade são divulgadas ou também elaboradas pelos meios de comunicação. Assim, parece-nos importante perceber que a mídia, ao dar visibilidade a determinados discursos, possui importante papel na construção do debate público realizado acerca do tema da prostituição. No mesmo sentido, considera-se relevante analisar as práticas e representações do Estado em relação à prostituição, visto que podem desempenhar um papel central na manutenção e perpetuação de desigualdades.

Pensando nas questões de gênero, Margareth Rago (1998) baseia-se em Keith Jenkins para defender que os discursos, se não criam o mundo, dele se apropriam e a ele conferem variados significados. Ela também coloca que a

diferença sexual percebida nas práticas é sempre construída pelos discursos, que as criam e legitimam. Por sua vez, Van Dijk (2008) ressalta que as práticas discriminatórias, por não serem inatas, são aprendidas pelos sujeitos em processos amplamente discursivos, pois, mesmo que possam ser imitadas pela observação, precisam também ser explicadas e legitimadas discursivamente. As pessoas aprendem a discriminar certos grupos através de textos e falas presentes em eventos comunicativos. Em sua análise, o autor aponta que os discursos estigmatizantes geralmente favorecem os pontos negativos sobre os Outros, enquanto enaltecem os pontos positivos sobre os grupos dominantes.

Sob estes aspectos, o presente artigo busca analisar um caso que parece emblemático para compreendermos discursos sobre prostituição que estão em circulação e que são construídos pelos meios de comunicação, bem como a sua repercussão no movimento organizado de prostitutas. Em junho de 2013, por ocasião do Dia Internacional da Prostituta, o Ministério da Saúde brasileiro publicou em suas redes sociais na internet uma homenagem às profissionais do sexo que consistia em seis banners com fotografias de militantes do movimento organizado e frases a elas atribuídas que teriam sido construídas em uma



Homenagem publicada pelo Ministério da Saúde que foi posteriormente retirada das redes sociais do governo

oficina de comunicação do próprio ministério. Uma das imagens, porém, em que constava a afirmação “Sou feliz sendo prostituta” e a fotografia da militante Márcia¹, do Rio Grande do Sul, foi retirada dos canais oficiais dois dias após a homenagem ter sido tornada pública, sob a alegação de que não teria sido aprovada pela assessoria de comunicação da pasta.

Ainda no mesmo dia, foram retirados também os cartazes com as frases “O sonho maior é que a sociedade nos veja como cidadãs” e “Não aceitar as pessoas da forma como elas são é uma violência”. Permaneceram nas redes sociais apenas as peças que tematizavam especificamente o uso de preservativo e a importância da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Tanto a publicação quanto a retirada do banner foram tema de matérias e textos opinativos em diversos meios de comunicação, como os portais de notícias do Estado de São Paulo e da Folha de São Paulo, os portais G1, Terra e IG, o jornal Zero Hora, as revistas Carta Capital, Veja, Época e Fórum, e até mesmo no portal da CNN em espanhol. Com o intuito de identificar os discursos colocados em circulação a partir deste episódio, realizamos um mapeamento e uma análise do que foi publicado sobre o assunto nos portais e sites de jornais na internet durante a semana posterior à publicação da homenagem². Embora opiniões acerca da polêmica também tenham sido emitidas por diversas entidades, são contempladas neste artigo somente as notas públicas do movimento organizado de prostitutas. Além da análise dos textos, pudemos acompanhar a repercussão dentro do Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP) de Porto Alegre, entidade fundada em 1989 da qual Márcia faz parte, através da realização de trabalho de campo junto à ONG³ e de conversas com algumas das mulheres que lá atuam.

2 A cobertura midiática

1Nome fictício. Embora seu nome real tenha sido utilizado na cobertura midiática, o desconforto causado a Márcia pela exposição de sua vida e de sua imagem levou-a a decidir que não deseja mais utilizar seu nome verdadeiro em entrevistas ou trabalhos acadêmicos.

2Foram analisados textos publicados nos sites dos portais Estadão, Folha de São Paulo, IG, G1, Zero Hora e das revistas Carta Capital, Veja e Época.

3O trabalho de campo realizado junto ao NEP faz parte da estratégia metodológica da pesquisa de doutorado desenvolvida por Natália Ledur Alles, sob orientação da professora Denise Cogo, que busca compreender as narrativas das próprias mulheres prostitutas inseridas em um fluxo comunicacional sobre prostituição.

A mídia é fundamental para a nossa experiência de mundo, pois por meio dela tal experiência é enriquecida ou empobrecida por imagens e idéias que não nos seriam acessíveis de outra maneira. Com sua presença constante, a mídia é responsável por filtrar e moldar realidades através de representações que fornecem referências para o comportamento diário e para a manutenção do senso comum (SILVERSTONE, 2002). Muitas vezes, é somente pela mídia que temos acesso à diferença e a outras culturas.

A centralidade das mídias no cotidiano e nas relações sociais ocasiona também uma reconfiguração das vivências identitárias que possuem importante papel na construção de sentidos durante o processo de recepção, destacam Cogo e Brignol (2011). Conforme Barbalho (2005, p. 36), “é a mídia que nos dias de hoje detém o maior poder de dar a voz, de fazer existir socialmente os discursos”, de modo que a presença nas estruturas midiáticas é essencial para que as discussões sobre o reconhecimento identitário encontrem repercussão.

Consideramos, então, que analisar a cobertura realizada por alguns meios de comunicação sobre a publicação e retirada da homenagem polêmica, bem como as opiniões publicadas pelos veículos, permite compreender os discursos sobre prostituição que são elaborados e circulam na sociedade brasileira. A identificação destes discursos é relevante para refletirmos sobre a repercussão dentro do movimento de prostitutas e, mais especificamente, na visão da própria Márcia, pois o que é apresentado nos espaços comunicacionais possui incidência efetiva na vida das mulheres prostitutas ao fortalecer ou desconstruir estereótipos e noções discriminatórias sobre a prostituição.

A homenagem ganhou maior repercussão midiática após sua retirada das redes sociais do ministério, mas sua publicação já havia sido noticiada. No dia 04 de junho, o portal do Estadão⁴ publicou uma matéria em que definia que

⁴Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,campanha-federal-diz-sou-feliz-sendo-prostituta-,1038512,0.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2013.

Posteriormente à exclusão da peça com a imagem de Márcia da homenagem, muitas das matérias destacam que o Ministério da Saúde já havia se envolvido em outras polêmicas ao lançar materiais e posteriormente cancelar sua distribuição. A pasta já havia determinado o recolhimento de material voltado à prevenção de DSTs entre adolescentes, que causou discussão por abordar temas relacionados à homossexualidades e ao uso de drogas. Em 2011, a presidente Dilma cancelou a distribuição de um kit de combate à homofobia produzido conjuntamente pelos ministérios da Saúde e da Educação.

o objetivo da campanha era diminuir o preconceito em torno da prostituição ao mostrá-la sob um viés positivo. A matéria dava espaço para um posicionamento de integrante da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e para um acadêmico, e ambos enalteceram a iniciativa e afirmaram que a valorização dos grupos estigmatizados é importante para a prevenção⁵.

A análise dos textos publicados permite identificar uma associação entre a prostituição e doenças sexualmente transmissíveis que, de acordo com Guimarães e Merchán-Hamman (2005), foi construída historicamente e possibilitou práticas repressivas por parte do Estado que foram desenvolvidas pelos agentes de saúde com auxílio das forças policiais. Tal associação histórica fornece respaldo para a afirmação do ministro da Saúde Alexandre Padilha de que as campanhas voltadas ao público de trabalhadores do sexo devem ser centradas na prevenção de DSTs. A retirada das redes sociais da parte da homenagem que não focava especificamente no uso de preservativos é justificada por não ser tarefa do órgão governamental abordar assuntos para além desta prevenção. Percebe-se, então, que os cuidados com a saúde integral da mulher prostituta são desconsiderados, assim como a saúde mental dos componentes deste grupo, já que a estratégia de combate ao estigma e de reforço da autoestima das profissionais do sexo que baseou a homenagem foi desautorizada:

O ministro da saúde, Alexandre Padilha, afirmou nesta terça-feira (4) que o panfleto com a mensagem “Sou feliz sendo prostituta” não deve ser veiculado em campanha do ministério. [...] “Enquanto eu for ministro, não acho que essa tem que ser uma mensagem passada pelo ministério. Nós teremos mensagens restritas à orientação sobre a prevenção contra as doenças sexualmente transmissíveis. Respeito as entidades e os movimentos que queiram passar essa mensagem, mas é papel deles. O papel do Ministério da Saúde é estimular a prevenção às DSTs” (G1, 04 de junho de 2013).

Além do que apresenta a fala do ministro, a relação entre prostituição e DSTs nas estratégias do governo brasileiro já é notável pelo fato de que o órgão responsável por atuar em

parceria com o movimento organizado de prostitutas e por desenvolver as políticas públicas voltadas para este grupo é o Departamento de DSTs, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, e, conforme a fundadora do Núcleo de Estudos da Prostituição de Porto Alegre, Tina Rovira, é o único braço governamental de interlocução do movimento.

A noção de que as mulheres prostitutas são vetores para a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, especialmente da Aids, não está presente somente no posicionamento ministerial ou em críticas à campanha publicada. Em texto opinativo publicado na revista Carta Capital, também encontramos a representação de que as mulheres prostitutas são possíveis disseminadoras de doenças:

Mais do que um direito específico das prostitutas como grupo minoritário vulnerável, medidas de contenção da transmissão da Aids neste meio profissional beneficiam toda população e, portanto, é um direito de toda sociedade (CARTA CAPITAL, 06 de junho de 2013)⁶.

A partir deste trecho, pode-se pensar que, mais do que voltadas à proteção da mulher prostituta, as campanhas de utilização de preservativos devem ser realizadas para beneficiar os clientes destas mulheres. Percebe-se um posicionamento de higienização social, em que o grupo marginalizado deve ser contemplado pelas políticas públicas a fim de evitar a contaminação do restante da população.

Embora o tema da aids tenha ocupado e ainda ocupe um espaço importante nos debates e na atuação do movimento organizado de prostitutas, e tenha se constituído como fator que permitiu a afirmação de alguns direitos para estas mulheres, a centralidade da questão das doenças sexualmente transmissíveis nos discursos governamentais e midiáticos sobre prostituição nos remete à noção de dispositivo da aids apresentada por Pelúcio e Miskolci (2009). Eles apontam que, a partir da ideia de epidemia da aids, o discurso preventivo não tem como objetivo apenas a prevenção de DSTs, mas, através de um conjunto de normas e diretrizes que partem principalmente da visão médica, busca pautar as condutas dos sujeitos e conformar as sexualidades em

⁵Disponível em <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2013/06/ministro-diz-que-mensagem-sou-feliz-sendo-prostituta-sera-suspensa.html>. Acesso em 10 de novembro de 2013.

⁶Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/prostituicao-e-direito-a-saude-737.html>. Acesso em 10 de novembro de 2013.

comportamentos baseados nos padrões heteronormativos.

As noções sobre prostituição não se resumem, contudo, a esta ligação com doenças. Em algumas das matérias publicadas, evidencia-se uma concepção da prostituta como sendo um sujeito vitimizado, ao mesmo tempo em que a prostituição não é apresentada como uma possibilidade de escolha ou um trabalho viável:

No mínimo, as prostitutas têm direito ao mesmo tratamento e às mesmas garantias dispensadas a qualquer cidadão. Soa, porém, falso e demagógico exaltar na propaganda oficial uma profissão que raramente é escolhida de forma voluntária por quem a exerce. Mais do que isso: ao sugerir o questionável orgulho de ser prostituta, o governo poderia passar uma mensagem contrária ao combate à prostituição infantil, que é uma de suas bandeiras sociais. Fez bem, portanto, o ministro em redefinir o rumo da campanha (ZERO HORA, 06 de junho de 2013)⁷.

Além de definir em seu editorial que a prostituição não é atividade da qual as profissionais do sexo devam se orgulhar, sem escutar a militante envolvida na polêmica ou outra prostituta, o jornal promove uma associação entre a possível felicidade de uma mulher a partir de sua escolha laboral com o incentivo à prostituição infantil, termo que o movimento organizado de prostitutas combate justamente por considerar que a prostituição é sempre voluntária e realizada por indivíduos maiores de 18 anos, de modo que, ao envolver crianças e adolescentes, fala-se em exploração sexual. Ao não realizar tal distinção, o veículo de comunicação reforça a estigmatização e o caráter de opressão com que frequentemente se concebe a prostituição. Atrair a atividade dos profissionais adultos com a exploração de crianças e adolescentes também remete à criminalização da prostituição – embora seja uma ocupação permitida e reconhecida no Brasil.

Observa-se ainda a vinculação da prostituição com crimes de natureza sexual ou com o que é percebido como “comportamentos desviantes” em matéria produzida pela Agência Estado e publicada pelo portal IG em que apenas parlamentares da bancada evangélica da Câmara dos Deputados são utilizados como fontes. Nas falas dos

⁷Disponível em <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2013/06/06/interativo-editorial-diz-que-o-governo-erra-ao-enaltecer-a-prostituicao-voce-concorda/?topo=13,1,1,,13>. Acesso em 10 de novembro de 2013.

deputados em um espaço da Comissão de Direitos Humanos, encontram-se comparações entre a prostituição e a pedofilia, o incesto e a exploração de crianças e adolescentes:

O assunto entrou em debate com uma manifestação do deputado João Campos (PSDB-GO). “Esse governo tem uma capacidade de buscar uns temas que me assusta. Eu sou feliz sendo prostituta, diz campanha do Ministério da Saúde do governo Dilma Rousseff. Não tem outra política pública decente para fazer?”, questionou Campos. “Já vejo os títulos das próximas campanhas. Sou adúltero, sou feliz. Sou incestuoso, siga-me. Sou pedófilo, sou feliz, sou realizado”. [...] “Estamos combatendo a prostituição infantil e vem uma campanha incentivando. Você está combatendo, tirando das ruas, aí vem a campanha dizendo que é feliz, ninguém é feliz”, disse a deputada Liliam Sá (PSD-RJ). “A mulher não nasceu para ser prostituta, nasceu para ser mãe de família”, afirmou Costa Ferreira (PSC-MA) (IG com AGÊNCIA ESTADO, 04 de junho de 2013)⁸.

Consideramos que, além de “desestimular” a opção de trabalho como prostituta, a ideia da trabalhadora sexual como vítima ou como sujeito criminalizado ignora também a possibilidade de refletir sobre a prostituição enquanto direito sexual, como coloca Olivar (2012), já que a prostituição só é pensada no âmbito dos direitos humanos quando relacionada a conflitos e criminalidade.

A frase do deputado Costa Ferreira revela que a identidade de prostituta é pensada como sendo fixa e definidora destas mulheres, que não poderiam ser também mães, esposas ou praticantes de alguma religião, por exemplo. A prostituta aparece como uma categoria homogênea, de modo que a diversidade existente entre os sujeitos que compõem tal grupo social é desconsiderada. As identidades dos sujeitos não podem ser entendidas como essências, já que as múltiplas identidades de cada um se interseccionam, se articulam e podem suscitar distintos posicionamentos (LOURO, 2011).

Por fim, ressalta-se que a peça com a imagem de Márcia e a frase a ela atribuída foi utilizada em grande parte das matérias veiculadas sobre o tema, mas as vozes das mulheres prostitutas são contempladas em raros espaços. O portal G1 Minas Gerais publicou matéria com as críticas da presidente

⁸Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-06-04/evangelicos-criticam-campanha-eu-sou-feliz-sendo-prostituta.html>. Acesso em 10 de novembro de 2013.

da Associação de Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig), Cida Vieira, à decisão ministerial⁹. Cida contesta a noção de que as trabalhadoras do sexo precisem ser alvo privilegiado de campanhas de prevenção, já que a conscientização com este grupo é realizada constantemente. A opinião de Márcia, por sua vez, aparece apenas em matéria publicada pelo Estadão. O texto retoma sua trajetória de vida e destaca a reação da militante ao ver a frase dita por ela como alvo principal de críticas e discursos discriminatórios:

“Fiquei aborrecida”, revela Márcia, ao falar da atitude do ministro. “Saí de minha casa, fui lá, não me omiti e, se fui como profissional do sexo, em campanha para um público específico, não entendo por que não posso falar sobre prostituição”, prossegue, afirmando que não estará mais disponível para campanhas do órgão. E quanto à frase que provocou a polêmica, confirma tudo. “Sou prostituta e feliz porque adquiri muito conhecimento, é na profissão que consigo ajudar minhas colegas, ganho meu dinheiro, não tenho patrão, faço meu horário, tenho minha liberdade, cuido da minha saúde”, relaciona. “Além disso, tenho uma bela família que me aceita como sou, prostituta e feliz”, repete (ESTADÃO, 06 de junho de 2013)¹⁰.

Em sua fala, Márcia ressalta os pontos positivos da prostituição e seu posicionamento em relação à sua atividade profissional. Ao citar sua família, desconstrói o estereótipo de que a mulher prostituta não possui laços familiares ou circula em distintas instâncias da sociedade.

A publicação da homenagem resultou na exoneração do diretor do Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, Dirceu Grecco, responsável pela estratégia, e a repercussão midiática do caso suscitou manifestações da Rede Brasileira de Prostitutas e de entidades que compõem o movimento organizado ou que dele são parceiras.

3 Prostitutas felizes: incidências da polêmica

O veto do ministro Alexandre Padilha à algumas peças da

homenagem gerou manifestações revoltadas do movimento organizado de prostitutas, que foram expostas com menos visibilidade em espaços comunicacionais da internet. A Rede Brasileira de Prostitutas publicou uma nota de repúdio em que acusa o ministério de negar às prostitutas o direito de expressar seus sonhos e ideais ao selecionar apenas determinadas mensagens para compor a homenagem. Para a RBP, o governo permite que as prostitutas sejam representadas apenas como vítimas ou como possíveis transmissoras de doenças. Na nota, o governo é acusado de reforçar uma estrutura moral que relega grupos como as prostitutas à margem da sociedade. A Rede solicitou ao ministério da Saúde que retirasse toda a homenagem das redes sociais e algumas militantes compuseram novas peças com suas imagens e a frase Sou feliz sendo prostituta.

O NEP, por sua vez, também divulgou em sua página do Facebook uma nota em que classifica a atitude do ministro como “retrógrada, preconceituosa, discriminatória e desrespeitosa”¹¹. A entidade afirma que tal atitude representa um retrocesso no posicionamento do governo brasileiro e classifica o veto como um desrespeito ao conteúdo produzido na oficina de comunicação organizada pelo próprio Ministério. O NEP decidiu que não participará mais de novos projetos em parceria com o ministério da Saúde. A atuação das ONGs sem vinculação com o ministério já havia sido proposta por Gabriela Leite¹², fundadora da Rede, que só admitia voltar a colaborar com o Ministério quando a saúde integral da prostituta passasse a ser considerada.

A grande visibilidade atingida nos meios de comunicação incidiu especialmente na vida de Márcia, que foi exposta como a prostituta cuja felicidade foi desautorizada. Ela alega que a frase utilizada não foi dita por ela durante a produção do material da oficina, mas sim em uma conversa privada com uma assessora do ministério. A aparição de sua imagem em um texto da revista Época, em que a homenagem é taxada como enganosa, é citada por ela como o momento em que mais se sentiu desconfortável, pois, como muitas das vizinhas com as quais convive são assinantes da revista, ela acredita que tenham tecido julgamentos sobre sua profissão.

⁹Disponível em <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/sou-feliz-na-profissao-diz-presidente-da-associacao-de-prostitutas-de-mg.html>. Acesso em 11 de novembro de 2013.

¹⁰Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,eu-cida-da,1040284,0.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2013.

¹¹Disponível em <https://www.facebook.com/pages/N%C3%BAcleo-de-Estudos-da-Prostitui%C3%A7%C3%A3o-NEP-POA/114066085435053?fref=ts>. Acesso em 11 de novembro de 2013.

¹²Gabriela Leite, principal representante do movimento organizado de prostitutas e fundadora da Rede Brasileira de Prostitutas faleceu em outubro de 2013.

Márcia também afirma ter se sentido incomodada com o compartilhamento da peça por amigos e conhecidos no Facebook que não participam de movimentos sociais ou tenham relação com a prostituição. Seu maior medo, afirma, é que seus netos se tornem alvos de piadas e de preconceito por causa dela.

Achei que no meu bairro ninguém se importaria tanto com a vida dos outros, achei que não seria assim. Isso foi o que mais me chateou. Isso e a hipocrisia do Ministério da Saúde. Imagina se a minha família não soubesse, que prejuízo teria sido para mim (Márcia, Diário de Campo 16, 28 de agosto de 2013).

Apesar de atuar há anos no combate à discriminação contra as trabalhadoras do sexo, Márcia mostrou-se abalada ao perceber publicamente o estigma atribuído às prostitutas e a transferência do estigma também aos seus familiares. A partir de Piscitelli (2005), acreditamos que tanto os posicionamentos governamentais em relação a este grupo quanto as atitudes das pessoas que circundam Márcia advêm de uma condenação moral que está relacionada a não entender a prostituição como trabalho que merece ser respeitado ou que descarta a capacidade de agência das mulheres prostitutas. O sentimento de Márcia a partir de sua exposição também nos leva a considerar a afirmação de Juliano (2001) de que o estigma é o principal problema da prostituição, pois desvaloriza os trabalhadores do sexo como pessoas e faz com que sejam privados de alguns direitos.

Embora a peça tenha sido produzida destinada a atingir um público específico, o grupo dos trabalhadores do sexo, é perceptível que a inquietação de Márcia não diz respeito ao fato de sua imagem ter sido divulgada por todo o país, mas sim por ter sido exposta como representante de uma falácia por sua afirmação de que uma prostituta pode ser feliz:

A prostituição foi onde eu conheci o preconceito e onde continuo conhecendo até hoje, mas sou mais feliz ainda depois de conhecer tudo isso. Me chamaram como profissional do sexo para fazer uma campanha e eu tenho que aparecer como coitadinha? É um absurdo isso (Márcia, Diário de Campo 05, 05 de junho de 2013).

A afirmação de Márcia remete à percepção de Juliano (2005) de que mensagens sobre a prostituição com caráter positivo poderiam transformar tal atividade em uma opção laboral a ser considerada abertamente pelas mulheres. Assim, as condições de não regulamentação e o desprezo social associados à prostituição atuam como elementos para desconstruí-la como possibilidade.

Na avaliação das militantes do NEP, a retirada do banner com a fotografia de Márcia foi prejudicial para o governo, já que deu maior visibilidade ao assunto e despertou variadas críticas às posturas da pasta. Na opinião de Tina, o fato foi importante para colocar a temática da prostituição em discussão nos meios de comunicação e na sociedade. Segundo ela, o debate nunca havia sido tão evidenciado desde o início do movimento organizado, no final da década de 1980. Para Márcia, tal argumento não serve de alento, já que o preconceito e as atitudes discriminatórias foram personificados nela. “Eu saía na rua e achava que todo mundo estava pensando “olha, ela é prostituta””, conta (Diário de Campo 15, 21 de agosto de 2013).

Na semana seguinte ao episódio, Márcia foi contatada pelo Ministério para participar de uma reunião em Brasília. Ela foi acompanhada do assessor jurídico da Rede, e Gabriela Leite participou do encontro por videoconferência, pois se encontrava doente. Márcia esperava uma retratação pública pelo constrangimento a que foi submetida, mas isto não ocorreu, e as relações com o Ministério ficaram mais desestabilizadas. O incômodo sentido a levou a se afastar do NEP por algumas semanas, a solicitar que a entidade e seus parceiros não utilizassem mais a peça e a negar a participação em entrevistas.

Ao retomar suas atividades no NEP depois de algumas semanas afastada, Márcia reflete sobre a importância de assumir a identidade de prostituta para a desconstrução do estigma e para a modificação do tratamento discriminatório, mas questiona os reflexos da ampla exposição das prostitutas por envolver também seus familiares e até mesmo seus clientes, o que ela considera invasivo.

Eles usam as pessoas, invadiram a minha privacidade, porque isso é uma invasão de privacidade, não pensaram que tinha um ser humano por trás. A imprensa também precisa de uma lição, pois não tem o direito de dizer que a campanha com o meu rosto é propaganda enganosa (MÁRCIA, DIÁRIO DE CAMPO 15, 21 de agosto de 2013).

Para ela, a sociedade não está preparada para compreender a heterogeneidade da prostituição e para aceitar que esta é uma escolha que gera satisfação para muitas mulheres. Neste sentido, nos apropriamos das considerações de Gregorio (2009) para pensar que pessoas que compõem grupos marginalizados como o das prostitutas são frequentemente despossuídas de suas vozes próprias como sujeitos históricos e particulares.

Decorridos meses desde a polêmica envolvendo Márcia, o assunto ainda é recorrente no NEP e influi na postura de não negociar com o Ministério da Saúde nem participar dos eventos regionais que estão sendo organizados pelo governo federal. Em outubro, Márcia avaliou que o erro da estratégia da homenagem foi não ter utilizado em sua peça nenhuma frase relacionada à prevenção da aids juntamente com a frase Sou feliz sendo prostituta. Em sua concepção, a população em geral aceita que se fale sobre prostituição somente quando envolve questões de saúde. Já no mês de novembro, a militante defende que a frase não deveria ter sido utilizada por ter um caráter pessoal, mas segue acreditando que a publicação e retirada do cartaz demonstra um olhar preconceituoso do ministério.

Como se percebe na frase acima, o episódio influi não apenas no relacionamento das entidades com as instâncias governamentais, mas também ocasionou uma sensação de descrença em relação à imprensa. Márcia ressalta que nenhum jornalista perguntou a ela como ocorreu a oficina em que a frase foi produzida, de modo que as informações concedidas pelo Ministério foram consideradas como as verdadeiras. Ela afirma que o episódio a fez perceber que a imprensa nem sempre escuta os sujeitos e não se importa com o modo como afetará as pessoas envolvidas. A partir de sua exposição, Márcia ressalta ter ficado mais crítica em relação ao que encontra nos meios de comunicação.

A frase Sou feliz sendo prostituta também foi utilizada no remake da telenovela Saramandaia, exibida pela emissora Globo. No capítulo do dia 22 de agosto, a ex-prostituta Risoleta, interpretada pela atriz Deborah Bloch, emprega a frase ao comprar uma caixa de preservativos. De acordo com a revista *Veja*¹³, a intenção foi aludir à homenagem do Ministério da Saúde. Márcia, contudo, desaprovou

13Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/quanto-drama/folhetinescas/lobisomem-politicamente-correto-e-a-cara-de-saramandaia/>. Acesso em 13 de novembro de 2013.

a referência. Para ela, no momento mais polêmico não foi percebido na mídia apoio à causa das prostitutas. “A imprensa, os meios de comunicação fazem o que querem. Matam alguém e depois choram no velório”, alegou (Diário de Campo 16, 28 de agosto de 2013).

Considerações

Tanto o posicionamento oficial do governo quanto as construções das matérias sobre o tema nos remetem a algumas ideias sobre prostituição que circulam na sociedade e que, consequentemente, afetam efetivamente a vida das mulheres prostitutas, pois, como aponta Maria Luísa Mendonça (2009), o tratamento que a mídia dedica aos grupos marginalizados tem profunda incidência na constituição de suas subjetividades e identidades e também influi nas possibilidades de serem aceitos socialmente.

O episódio envolvendo Márcia reforça a noção, já apontada por Olivar (2013), de que no Brasil existe somente uma política de tolerância em relação à prostituição – mesmo sendo uma ocupação reconhecida. A repressão moral e das forças policiais é freqüente, bem como a intervenção dos agentes e autoridades de saúde, mas não há uma escolha de fato entre a abolição ou a regulamentação da profissão. O autor observa que, como não é percebida como algo regulamentado, mas também não é criminalizada, percebe-se uma tentativa de estimular a “saída” da prostituição e a tolerância silenciosa e compreensiva das mulheres, já que sequer se aborda o tema da prostituição masculina.

Em grande parte dos discursos difundidos pelos meios de comunicação, a frase que reforça a ideia de opção e felicidade na prostituição não é considerada legítima, sendo a prostituição pensada como resultado da miséria ou da violência. Pensada como uma vítima, afirma Letícia Tedesco (2008), a mulher prostituta precisaria de apoio e incentivo para conquistar outro trabalho, como se não fosse possível uma cidadania engendrada na própria prostituição. Tal perspectiva desconsidera que para muitas das mulheres que se dedicam a esta atividade, conforme Juliano (2005), a prostituição se constitui como uma opção laboral dentre outras possíveis e se baseia em critérios econômicos, e não morais.

Enfim, a rara presença de prostitutas como fontes nos

textos publicados e o descontentamento de Márcia com o olhar percebido nos espaços comunicacionais acerca do tema nos proporciona refletir, baseados em Sousa Santos e Menezes (2009), sobre como os conhecimentos de grupos marginalizados e estigmatizados são constantemente invisibilizados ou desqualificados, pensados como crenças e opiniões, não sendo, portanto, considerados saberes importantes. A avaliação de que uma prostituta não pode ser feliz corrobora a noção de que tais mulheres não são agentes capazes de decisões e que sua condição seria sempre fruto da opressão de uma sociedade machista, o que leva suas histórias e reflexões a serem ignoradas. Ouvir as vozes das mulheres prostitutas e considerá-las como fontes na produção de conteúdo comunicacional poderia, então, permitir que se assuma a ideia prostituição como escolha de muitas mulheres e como elemento de possível satisfação para algumas e que também se contemple a heterogeneidade de pensamentos e posicionamentos que são encontrados neste grupo composto por mulheres e trajetórias certamente muito distintas.

Referências

- BARBALHO, Alexandre (2005). Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (orgs). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus.
- COGO, Denise; BRIGNOL, Liliane (2011). Redes sociais e os estudos de recepção na internet. Matrizes, 4 (2), 75-92.
- GREGORIO, Carmen (2009). Mujeres inmigrantes: colonizando sus cuerpos mediante fronteras procreativas, étnico-culturales, sexuales y reproductivas. VientoSur, 104.
- GUIMARÃES, Katia; MERCHÁN-HAMANN, Edgar (2005). Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. Estudos feministas, 13, 525-543.
- JULIANO, Dolores (2001). El espejo oscuro: la prostitución. Barcelona: Icaria.
- JULIANO, Dolores (2005). El trabajo sexual en la mira: polémicas y estereotipos. Cuadernos Pagu, 25, 79-106.
- LOURO, Guacira (2011). Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes.
- MENDONÇA, Maria Luísa (2009). As múltiplas faces da cultura. In: MENDONÇA, Maria Luísa (org.). Mídia e diversidade cultural: experiências e reflexões. Brasília: Casa das Musas.
- MISKOLCI, Richard (2012). Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- MISKOLCI, Richard & PELÚCIO, Larissa (2009). A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. Sexualidad, salud y sociedad, 1, 125-157.
- OLIVAR, José Miguel (2012). Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis? Sexualidade, salud y sociedad, 11, 88-121.
- OLIVAR, José Miguel (2013). Devir Puta: políticas de prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- PISCITELLI, Adriana (2005). Estigma e trabalho sexual: comentários a partir de leituras sobre Trabalho Sexual. Disponível em: <http://www.ciudadaniasexual.org/Reunion/M4%20Piscitelli.pdf>. Acesso em 18 de novembro de 2013.
- RAGO, Margareth (1991). Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RAGO, Margareth (1998). Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora Mulheres.
- SOUZA SANTOS, Boaventura & MENESES, Maria Paula (2009). Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina.
- SILVERSTONE, Roger (2002). Por que estudar a mídia? São Paulo: Edições Loyola.
- TEDESCO, Letícia (2008). Atores sociais na batalha: estigma e cidadania entre prostitutas, através de uma ONG em Porto Alegre. Anais do Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis.
- VAN DIJK, Teun A. (2008). Introdução. In: VAN DIJK, Teun A. (org.). Racismo e discurso na América Latina. Contexto: São Paulo.

Referências das autoras:

- COGO, Denise ; NASI, Lara . Movimientos sociales en red, usos de Internet y ciudadanía universal de las migraciones

transnacionales: análisis del Foro Social Mundial de las Migraciones. *Amérique Latine Histoire et Mémoire - Les Cahiers ALHIM*, v. 1, p. 1-15, 2013.

COGO, Denise ; LOPES, Daniel Barsi . Juventude e cidadania: uso das mídias digitais na ONG Aldeia, em Fortaleza. *Comunicação, Mídia e Consumo*, v. 10, p. 13-33, 2013.

COGO, Denise; OLIVEIRA, Catarina Farias . 'De primeiro, a gente lembrava...' - Comunicação e interação de moradores do Assentamento Itapuí com o Movimento Sem Terra. *Intercom* (São Paulo. Impresso), v. 36, p. 229-248, 2013.

COGO, Denise; CHAVES, Leslie Sedrez. Racial equality activism in Brazil, communication via networks and internet: Afropress News Agency. *Index.comunicación*, v. 2, p. 221-245, 2013.

COGO, Denise ; GORCZEVSKI, Deisimer . Juventudes, subjetividades e intercessores em experiências migratórias transnacionais. *Polêm!ca*, v. 11, p. 140-159, 2012.

ALLES, Natália Ledur. Cidadania através da comunicação: reflexão sobre potencialidades da comunicação comunitária. *Revista Alterjor*, v. 1, p. 1-12, 2013.

ALLES, Natália Ledur. "Gostaríamos de mostrar nosso trabalho": representações construídas por moradores de rua no jornal comunitário Boca de Rua. In: *Anais IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e IV Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã*. Curitiba: UFPR, NCEP, 2013.

ALLES, Natalia Ledur ; ANSELMO, Márcia . Representações do Jornal Boca de Rua: propostas de cidadania para grupos em situação de vulnerabilidade social. In: ALMEIDA, Cristóvão; GIRARDI, Ilza; MORIGI, Valdir.. (Org.). *Comunicação, Informação e Cidadania: práticas e contextos*. Porto Alegre: Sulina, 2011.